

RODRIGO XAVIER LEONARDO

---

# ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS

- As associações no Código Civil: existência, validade e eficácia;
- O novo marco regulatório das Ongs (Lei 13.019/2014), as Organizações sociais e as OSCIPS; e
- A tributação das associações e o direito fundamental de associação.

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora Responsável*  
**MARISA HARMS**

*Diretora de Operações de Conteúdo*  
**JULIANA MAYUMI ONO**

*Editores:* Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Danielle Oliveira, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

*Assistente Editorial:* Karla Capelas

*Produção Editorial*  
*Coordenação*  
**JULIANA DE CICCO BIANCO**

*Analistas Editoriais:* Amanda Queiroz de Oliveira, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, George Silva Melo, Luara Coentro dos Santos e Rodrigo Domiciano de Oliveira

*Analistas de Qualidade Editorial:* Maria Angélica Leite, Samanta Fernandes Silva e Victor Bonifácio

*Assistentes Documentais:* Beatriz Biella Martins e Karen de Almeida Carneiro

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Administrativo e Produção Gráfica*  
*Coordenação*  
**CAIO HENRIQUE ANDRADE**

*Analista Administrativa:* Antonia Pereira

*Assistente Administrativo:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena

*Analista de Produção Gráfica:* Rafael da Costa Brito

101 5549

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Leonardo, Rodrigo Xavier

Associações sem fins econômicos / Rodrigo Xavier Leonardo. – São Paulo :  
Editora Revista dos Tribunais, 2014.

ISBN 978-85-203-5568-8

1. Associações sem fins lucrativos 2. Direito tributário 3. Isenção tributária 4.  
Terceiro setor I. Título.

14-09470

CDU-34:336.2

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Associações sem fins econômicos : Direito tributário  
34:336.2)

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	9
INTRODUÇÃO .....	17

### PARTE I

#### A HISTÓRIA MODERNA DAS ASSOCIAÇÕES. DO REPÚDIO À PROMOÇÃO: AS ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS E AS TRÊS PASSAGENS

CAPÍTULO I – A PRIMEIRA PASSAGEM: O ADVENTO DA MODERNIDADE E O REPÚDIO ÀS ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS .....	23
1.1 As “associações sem fins econômicos” e o modelo anglo-americano .....	37
CAPÍTULO II – A SEGUNDA PASSAGEM: DO REPÚDIO AO RECONHECIMENTO ...	47
2.1 O rígido controle estatal sobre as associações e as teorias ficcionistas da personalidade jurídica .....	58
CAPÍTULO III – A TERCEIRA PASSAGEM: DO RECONHECIMENTO À PROMOÇÃO ...	67
3.1 O advento do século XX e o contexto promocional das associações .....	67
3.2 A terceira passagem, o princípio da subsidiariedade e o chamado “terceiro setor” .....	74

### PARTE II

#### AS ASSOCIAÇÕES NO DIREITO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO IV – A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO .....	85
--	----

## 12      ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS

4.1	As associações no direito brasileiro anterior à Constituição Federal de 1988 .....	85
4.2	As associações no direito brasileiro posterior à Constituição Federal de 1988 .....	105
4.2.1	A liberdade de associação e a aplicação horizontal dos direitos fundamentais .....	112
4.2.2	A liberdade de associação: a tutela de direitos coletivos e a tutela coletiva de direitos .....	116

CAPÍTULO V – O DIREITO FUNDAMENTAL DE ASSOCIAÇÃO EM SUAS DIVERSAS PERSPECTIVAS.....		123
5.1	A liberdade de associação como direito individual .....	125
5.1.1	A liberdade de associação em sua vertente individual positiva ...	125
5.1.2	Existiria um direito de ingresso numa associação? .....	127
5.1.3	A liberdade de associação em sua vertente negativa: a liberdade de não se associar e de não permanecer associado .....	130
5.2	A liberdade de associação em dimensão institucional.....	136
5.2.1	A liberdade de escolha do subtipo associativo e a organização interna da associação .....	137
5.2.2	A liberdade de associação e a personificação da entidade .....	142
5.3	A liberdade de associação em sua dimensão interna .....	145
5.3.1	O associado e a associação .....	146
5.3.2	A situação jurídica de associado e a garantia ao contraditório e à ampla defesa .....	147
5.4	A liberdade de associação em sua dimensão externa.....	150
5.4.1	A liberdade de associação e os limites para o controle estatal .....	150
5.4.2	A proteção das associações contra atos de dissolução e suspensão de atividades compulsórios.....	156
5.4.3	A legitimidade para representar os associados e para a tutela de direitos transindividuais .....	158

## PARTE III

AS ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS  
EM PERSPECTIVA

CAPÍTULO VI – AS ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS (ASSOCIAÇÕES EM SENTIDO ESTRITO) NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO .....	169
--	-----

6.1	A natureza jurídica do ato constitutivo das associações sem fins econômicos.....	171
6.1.1	O ato constitutivo das associações sem fins econômicos: negócio jurídico plurilateral, complexo e organizativo .....	179
6.1.2	Argumentos anticontratalistas para explicação do ato constitutivo das associações sem fins econômicos. Justificação da noção de negócio jurídico plurilateral, complexo e organizativo constitutivo de uma associação.....	182
6.1.3	A despatrimonialização do direito privado e o reverso da hipostasiação do contrato .....	191
6.2	O subtipo das associações sem fins econômicos nos planos da existência, validade e eficácia .....	193
6.2.1	A associação sem fins econômicos no plano da existência.....	195
6.2.1.1	A união voluntária de pessoas.....	197
6.2.1.2	A organização .....	199
6.2.1.3	A busca de finalidades não econômicas .....	205
6.2.2	A associação sem fins econômicos no plano da validade .....	209
6.2.2.1	A perfeição da manifestação de vontade e os requisitos em relação aos sujeitos: a capacidade negocial dos associados e a higidez na manifestação da vontade .....	212
6.2.2.2	Os requisitos de validade quanto ao objeto: licitude, possibilidade, determinabilidade, e moralidade .....	214
6.2.2.3	Os requisitos do núcleo do suporte fático em relação à forma. Os componentes complementares de validade do estatuto.....	216
6.2.3	A associação sem fins econômicos no plano da eficácia .....	218
6.2.3.1	O componente integrativo da eficácia: o registro dos estatutos .....	220
CAPÍTULO VII – A ESTRUTURA DA ASSOCIAÇÃO SEM FINS ECONÔMICOS E O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA.....		223
7.1	A constituição das associações: a assembleia de constituição .....	223
7.2	Os estatutos .....	225
7.2.1	A disciplina dos estatutos no Código Civil brasileiro .....	225
7.2.2	As cláusulas socialmente típicas estatutárias.....	231
7.3	O regimento interno .....	238
7.4	As regras de transição no Código Civil de 2002: a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do conflito de leis no tempo e as associações sem fins econômicos .....	239

7.5	O desenvolvimento da atividade associativa.....	248
7.6	A deliberação associativa e os órgãos deliberativos.....	252
7.7	A apresentação da associação e os órgãos executivos.....	256
7.8	Os órgãos de controle dos atos associativos.....	258
7.9	Os órgãos consultivos.....	259
7.10	Os órgãos de controle disciplinar e julgamento.....	260
7.11	Direitos e deveres dos associados.....	261
7.12	O marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei 13.019/2014) e as associações.....	263
7.12.1	O contrato de colaboração e o contrato de fomento (o termo de colaboração e o termo de fomento).....	268
7.12.2	Os mecanismos de controle e de avaliação do cumprimento dos contratos de parceria na Lei 13.019/2014.....	275
7.13	A “qualificação” de associações: associações de utilidade pública, organizações sociais e Oscips.....	276
7.13.1	A qualificação de associação de utilidade pública.....	277
7.13.2	O certificado de entidade beneficente de assistência social.....	278
7.13.3	A qualificação de organização social (OS) e de organização social de serviço público (Oscip).....	279
7.13.3.1	A qualificação de organização social (OS).....	280
7.13.3.2	A qualificação de organização social de interesse público (Oscip).....	284
7.13.4	As organizações sociais e as organizações sociais de interesse público em momentos de transição. O princípio da segurança jurídica.....	287
7.14	A desconsideração da personalidade jurídica nas associações.....	289
7.15	O dano extrapatrimonial e as associações sem fins econômicos.....	295
7.16	A desconstituição das associações sem fins econômicos.....	297

## CAPÍTULO VIII – AS ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS E O DIREITO TRIBUTÁRIO..... 305

8.1	As associações sem fins econômicos e as imunidades tributárias.....	306
8.1.1	A imunidade subjetiva e a imunidade objetiva.....	310
8.1.2	A aplicação da regra imunizante às associações sem fins econômicos e a legislação infraconstitucional.....	314
8.2	As associações sem fins econômicos e as isenções tributárias.....	320
8.2.1	Isenções tributárias federais genericamente aplicáveis às associações sem fins econômicos.....	323

8.2.2	Isenções tributárias federais particulares a determinados subtipos associativos e a determinadas atividades associativas.....	325
8.2.3	Isenções tributárias estaduais e municipais.....	327
8.3	Outros benefícios fiscais em sentido estrito .....	333
8.4	Obrigações tributárias acessórias das associações sem fins econômicos	334
8.4.1	Lineamentos de contabilidade das associações sem fins econômicos.....	336
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....		341